

A FÓRMULA DISCURSIVA DO GOLPE
THE DISCURSIVE FORMULA OF COUP D'ÉTAT

Fábio Carlos de Mattos da Fonseca¹
Doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(fabiocarlos@hotmail.com)

Marcella Machado de Campos²
Mestre em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(mamachadodecampos@gmail.com)

RESUMO: Partindo notadamente do sistema de restrições semânticas (MAINGUENEAU, 2008) e do conceito de gênero do discurso (MAINGUENEAU, 2013), recorreremos à noção de fórmula discursiva (KRIEG-PLANQUE, 2010) ao investigarmos antagonismos que pressupõem diferentes sentidos conjugados sob um mesmo significante, **golpe**, carregado de polêmica e das referências que traz a reboque. Para corroborar tais embates no campo da linguagem, elaboramos um quadro metodológico que é formado por recortes de falas, veiculadas na mídia de massa, de adversários políticos acerca do processo jurídico-parlamentar que culminou no afastamento da presidenta Dilma Rousseff. Por meio da análise contrastiva dos excertos selecionados, observamos, sob a perspectiva do uso e da circulação de **golpe**, então entendido como fórmula, a instauração de uma zona interdiscursiva através da qual coenunciadores distintos buscam legitimar aquilo que compreendem como verdade ao reforçar posicionamentos opostos reveladores das coerções discursivas a que estão submetidos.

Palavras-chave: Fórmula do discurso. Golpe. Discurso político

ABSTRACT: Based mainly on semantical restriction system (MAINGUENEAU, 2008) and on discourse genre concept (MAINGUENEAU, 2013), we resort to discursive formula notion (KRIEG-PLANQUE, 2010) to investigate antagonisms that assume distinct senses condensed in a same significant, **coup d'état**, charged with polemics and references it mentions. To corroborate those clashes in language field, we elaborated a methodological framework composed by speech clippings broadcasted on mass media, from political opponents regarding the juridical-parliamentary process culminating on President Dilma Rousseff's impeachment. Through contrastive analysis of selected excerpts, we observed, from the perspective of **coup d'état** use and circulation, understood as formula, the establishment of an interdiscursive zone through which different co-enunciators seek to legitimate what they comprehend as being true reinforcing, opposite positions that reveal discursive coercions to which they are subjugated.

Keywords: Discursive formula. Coup d'état. Political discourse

¹ Doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; bolsista CNPq

² Doutoranda em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; bolsista CAPES

A insurreição inicial

A arena política brasileira tem sido palco de tomadas de posicionamentos radicais que, por condensarem muito mais do que meras ideologias partidárias num país assolado pela falência do regime governamental vigente com endosso das crises institucional e econômica, nos convoca a esquadrihar, à luz da Análise do Discurso francesa, as práticas discursivas que têm colocado a palavra **golpe** no olho do furacão dos acontecimentos discursivos.

Fazemos a ressalva de que, dadas as circunstâncias sócio-históricas relativamente recentes que servem de pano de fundo à escrita deste artigo – a deposição de uma presidenta eleita legitimamente para o cargo e a subsequente condução ao posto máximo do Poder Executivo de um vice-presidente que desembarcara do governo, a análise que realizamos e as conseqüentes conclusões não poderiam ser, senão, tão somente preliminares. A perspectiva temporal, da qual não dispomos no momento, uma vez que estamos inseridos, *hic et nunc*, no mesmo contexto contemporâneo ao qual aludimos, poderia servir de fiel da balança.

No entanto, se carecemos de um panorama retrospecto, o que não falta são exemplos dos sentidos passíveis de apreensão do uso de **golpe** no bojo das materialidades textuais que circulam mídia afora. À vista disso, recorreremos à conceituação de fórmula do discurso, tal qual concebida por Krieg-Planque (2010), a partir de quatro pilares fundamentais.

O primeiro deles se refere ao **caráter cristalizado** que uma fórmula apresenta, ou seja, a manifestação de determinado termo por meio de uma forma significativa de estabilidade relativa, uma vez que variações desse mesmo termo também possam se apresentar. Sua cristalização opera, pois, como índice de identificação na miríade do universo do discurso.

Segundo elemento constitutivo de uma fórmula, a **inscrição numa dimensão discursiva** diz respeito às relações que se estabelecem a partir de sua circulação, dos usos que os coenunciadores fazem de um termo. Portanto, não é o caso de considerar a fórmula como elemento linguístico estrutural dado de antemão, mas, e aí sim, como noção que se estrutura no funcionamento discursivo através de seu emprego.

E é através desse funcionamento discursivo que a fórmula ganha a dimensão de **referente social**, terceiro dos seus pilares essenciais, tendo em conta que para que se aborde uma temática específica numa conjuntura tal, a única maneira de fazê-lo é lançar mão dessa fórmula, “que evoca alguma coisa para todos num momento dado” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 112), adentrando o espaço público na contenda pela verdade estabelecida pelos coenunciadores ao assumirem tomadas de posição que se revelam por meio do discurso.

Ainda que os elementos formulaicos possam estar presentes em maior ou menor medida, não sob uma perspectiva demasiado subjetiva ou de aproximação, porém em virtude de uma fórmula se instaurar num *continuum*, ou melhor, porque “uma sequência é mais ou menos fórmula conforme preencha mais ou menos cada uma das quatro propriedades que a caracterizam” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 111), arriscamos afirmar que é a polemicidade, último dos fundamentos de uma fórmula, mas não menos importante, seu pilar de maior relevância.

É a **dimensão polêmica** de uma fórmula que suscita questões sociopolíticas que remetem ao cerne da conceituação e permite desvelar posicionamentos, no mais das vezes, discursivamente adversos.

Assim, propor um trabalho de investigação da palavra **golpe** como possível fórmula, no intuito de apreender os sentidos assumidos e em disputa nos contextos nos quais ela circula, advém, ainda, de uma compreensão de que não é propriamente o discurso a unidade de análise, mas o interdiscurso; significa, também, reconhecer que “todo discurso é atravessado pela interdiscursividade, tem a propriedade de estar em relação multiforme com outros discursos, de entrar no interdiscurso” (CHARADEAU & MAINGUENEAU, 2012, p. 286).

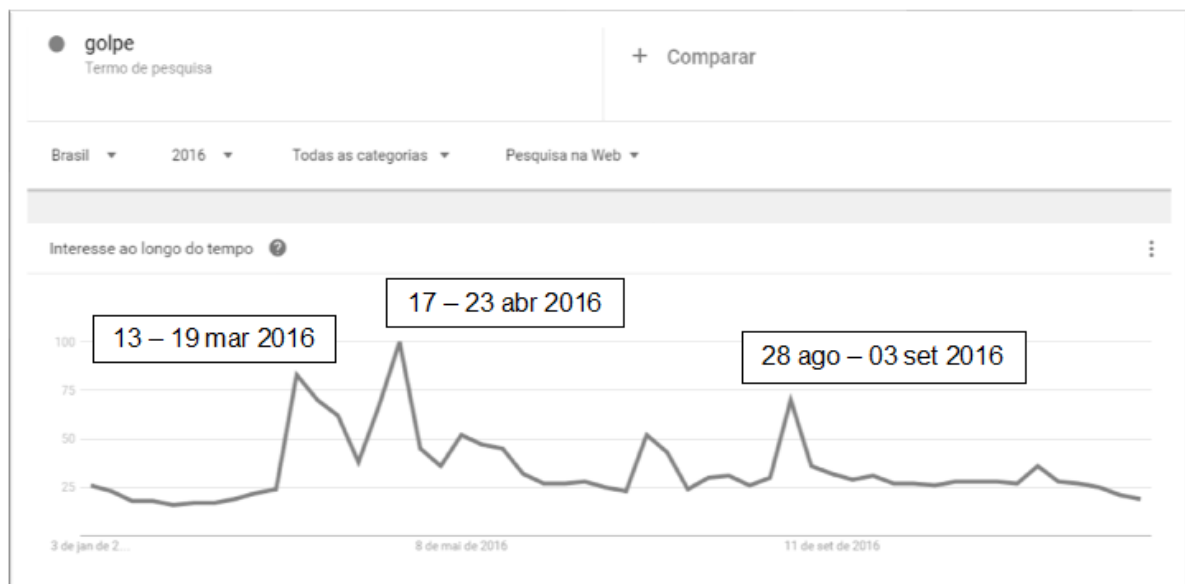
Regida por um princípio que admite uma heterogeneidade constitutiva, a identidade de um discurso jamais será apreensível senão nas suas múltiplas formas de relação com outros discursos, sejam eles pertencentes ao mesmo campo (aqui, no caso, o político) ou não. Isso pressupõe considerar, então, não cada posicionamento discursivo isoladamente, porém um espaço de trocas, de delimitação recíproca, um lugar de interação.

Nessa perspectiva, um sistema de restrições semântica, entendido como o conjunto de traços capazes de delimitar horizontes mais ou menos fluidos, define

modos de constituição do discurso e de seus outros, com os quais necessariamente se relaciona³.

Do levante do golpe à fórmula

Uma pesquisa rápida pelo termo **golpe** na ferramenta GoogleTrends⁴ atesta o caráter de cristalização e de inscrição discursiva do sintagma na atualidade, conforme a seguir:



Variação do interesse de busca por “golpe” ao longo de 2016

A partir do recorte de busca delimitado no Google como “Brasil”, “2016”, “Todas as categorias”, “Pesquisa na web”, observamos com nitidez três picos que correspondem, respectivamente, (1) à divulgação, por parte do juiz federal de primeira instância Sérgio Moro, encarregado pela condução da operação de combate à corrupção denominada Lava Jato, da gravação grampeada de uma conversa entre o ex-presidente Lula com a ainda presidenta Dilma Rousseff que tratava da assinatura da nomeação de Lula ao Ministério da Casa Civil; (2) à semana posterior à votação da instauração do processo de *impeachment* de Dilma pela Câmara dos Deputados

³ O primado do interdiscurso encontra na obra “Gênese dos Discursos”, de Maingueneau (2008), uma de suas formulações mais completas.

⁴ Disponível em

<https://www.google.com.br/trends/explore#q=golpe&geo=BR&date=1%2F2016%2012m&cmpt=q&tz=Etc%2FGMT%2B3>. Acesso em 06 de março de 2017.

Federais; e (3) aos dias imediatamente anteriores e posteriores à aprovação pelo Senado, na data de 31 de agosto de 2016, da deposição da presidenta da República.

A incidência de pesquisas ocorridas nesses intervalos evidencia, sob o ponto de vista quantitativo e, por conseguinte, de cristalização de determinado sintagma, o interesse manifesto que o termo **golpe** suscita ao se tornar passagem obrigatória para os discursos em circulação.

Numa reportagem⁵ exibida pelo Jornal Nacional, o diário televisivo em emissora aberta de maior audiência no país, em 22 de março de 2016, que noticiou a cerimônia intitulada pelo governo como “encontro pela legalidade em defesa da democracia” em que Dilma recebera, no Palácio do Planalto, o apoio de juízes, professores e advogados à continuidade de seu mandato, foram entremeadas às falas dos âncoras trechos de vídeos da própria Dilma e de deputados da oposição se posicionando acerca da concepção de **golpe** ao engrossar o coro de **não vai ter golpe**, cada um à sua maneira no âmbito do sistema de restrições semânticas em que se enquadram (MAINGUENEAU, 2008).

Antes, porém, destacamos os seguintes excertos do pronunciamento de Dilma que evocam uma memória coletiva que permeia e carrega de um sentido anterior – o do **golpe militar** de 1964 – o ponto de vista atribuído ao **golpe** atual, conferindo o aspecto de inscrição numa dimensão discursiva, que é um dos pilares sobre o qual uma fórmula se assenta:

Condenar alguém por um crime que não praticou é a maior violência que se pode cometer contra qualquer pessoa. É uma injustiça brutal. É uma ilegalidade. Já fui vítima desta injustiça uma vez, durante a ditadura, e lutarei para não ser vítima de novo, em plena democracia.

Segundo o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (2010), o primeiro registro da palavra **golpe** remonta ao século XII com a acepção de bofetear, bater, agredir; é somente no século XX que **golpe** ganha derivações, ou melhor, aquilo que Krieg-Planque (2010) apresenta como produção lexicológica, com a qual nos deparamos até o dia de hoje: **golpismo** e **golpista**.

A depender do contexto sócio-histórico de produção e das circunstâncias em que são postas a circular, as palavras são orientadas pelos deslizamentos semânticos

⁵ Disponível em <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/03/dilma-diz-que-nao-cometeu-nenhum-crime-e-que-nao-vai-renunciar.html>. Acesso em 27 de maio de 2016.

que, e esse é caso de **golpe** tal qual empregado por Dilma nesse recorte, recuperam a rede interdiscursiva da qual fazem parte ao mesmo tempo que reivindicam, num outro momento dado, um sentido subordinado à conjuntura sócio-histórica em questão.

Na sequência de sua fala, a presidenta afastada explicita a comparação entre a ditadura e a ameaça à democracia por meio do **golpe** a que faz menção:

Pode-se descrever um **golpe de estado** com muitos nomes, mas ele sempre será o que é: a ruptura da legalidade, atentado à democracia. Não importa se a arma do **golpe** é um fuzil, uma vingança ou a vontade política de alguns de chegar mais rápido ao poder.

Algumas inscrições no domínio da materialidade linguística do fragmento acima nos chamam a atenção. Inserida num contexto de disputa pelo sentido da palavra **golpe**, a fala da presidenta organiza um modo de relação interessante entre duas vozes, quais sejam, a sua e aquela contra a qual busca se estabelecer.

O ponto de vista antagônico é enunciado a partir de um verbo modalizador do eixo da possibilidade (**pode-se**) em estrutura passiva sintética que permite o apagamento de seu agente. Esse arranjo parece enfraquecer o posicionamento contrário dos partidários à deposição da chefe do Poder Executivo na medida em que se obliteram os seus responsáveis e sua validade se perde no campo muito vago do possível.

Já o operador argumentativo de adversidade **mas** cumpre o papel de marcar exatamente os limites dos discursos em diálogo. Some-se a isso o fato de que, em contraponto à modalidade anteriormente aludida, assiste-se a uma asserção, “ele sempre será o que é”. O jogo entre os tempos verbais, futuro do presente em **será** e presente do indicativo em **é**, só vem a reforçar a nossa leitura.

“Não vai ter golpe”

Em alusão à frase **não vai ter golpe**, proferida como lema pelas pessoas contrárias ao processo de impedimento presidencial, observamos uma subversão no raciocínio que usualmente embasaria a divisa ao contrapormos o discurso de Dilma (1) ao do deputado federal Pauderney Avelino (2), líder do DEM, e ao do senador Cássio Cunha Lima (3), líder do PSDB, ambos, eles, opositores do governo:

(1) (...) há uma ruptura institucional sendo forjada nos baixos porões da baixa política, que precisa ser combatida. Tenho certeza: **não vai ter golpe**.

(2) Eu concordo com a presidente: **não vai ter golpe**. E ela disse que **não ia ter golpe**. **Não vai ter golpe** porque nossa ação é protegida pela Constituição Federal e a lei que rege o processo de impeachment. A presidente cometeu crime de responsabilidade fiscal e a punição é a cassação dentro da norma constitucional, portanto, concordo com a presidente que **não vai ter golpe**.

(3) **Não vai ter golpe**. Provavelmente terá *impeachment* e tudo aquilo que está dentro da Constituição é absolutamente, por razões óbvias, é legal.

No embate entre situação *versus* oposição, uma contrapartida plausível a **não vai ter golpe** só poderia ser **vai ter impeachment**, visto que a simples eliminação do advérbio de negação do mote governista implicaria admissibilidade de conluio para tomada ilegítima do poder, afinal, todo enunciado de um discurso rejeita um de seu outro (MAINGUENEAU, 2008). Daí, como estratégia para esvaziar de sentido o discurso de Dilma, Avelino e Cunha Lima incorporam **não vai ter golpe** em suas falas, mas o reinterpretam.

Sendo assim, se para a presidenta afirmar **não vai ter golpe** equivale a dizer que não vai haver ruptura institucional, deputado e senador, os dois, a contradizem ao declarar que a manutenção institucional será preservada justamente porque **não vai ter golpe**.

O trecho remete, ainda, à noção de signos de pertencimento, em consonância com a qual é justamente o arranjo que se institui entre os flancos de uma polêmica discursiva o elemento capaz de conferir matizes de sentido muito distintos a uma mesma materialidade linguística segundo os sistemas de restrições aos quais se está submetido (MAINGUENEAU, 2008).

“É golpe” versus “foi golpe”

Contribuindo para problematizar o trânsito de sentidos para o significante **golpe**, o caderno Poder/*Impeachment* da Folha de S. Paulo veiculou, em 15 de abril de 2016, a matéria intitulada “‘Golpe’ é vingança, diz Cardozo; para Reale, ‘golpe’ é omitir país quebrado”⁶.

⁶ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1761235-cardozo-diz-que-golpe-e-vinganca-e-que-temer-nao-tera-legitimidade.shtml>. Acesso em 23 de abril de 2016.

O caráter beligerante dos discursos antagônicos do advogado-geral da União, José Eduardo Martins Cardozo, e Miguel Reale Júnior, jurista e coautor da denúncia de impedimento, pressupõe de alguma maneira uma ontologia do Direito, sendo revelador, inclusive, do sistema de restrições semânticas que rege o posicionamento discursivo que assumem. Seleccionamos, a seguir, dois fragmentos, o primeiro de Cardozo e o segundo de Reale Júnior:

- (1) É nula a abertura desse *impeachment*, houve uma violência à lei. Ameaça e retaliação não são fatores decisórios para afastar um presidente da República. Isso **é golpe, é golpe**.
- (2) **Golpe**, sim, houve quando se sonegou a revelação de que o país estava quebrado. **Golpe**, sim, houve quando se mascarou a situação fiscal do país, quando continuaram a fazer imensos gastos públicos (...).

À semelhança da aquiescência dissimulada de Avelino e Cunha Lima acerca do **não vai ter golpe** de Dilma, Cardozo e Reale Júnior concordam sobre a existência do **golpe**: para este, **houve golpe**, enquanto para aquele, **é golpe**. Os tempos verbais aparentemente inadvertidos, pretérito perfeito e presente do indicativo, respectivamente, corroboram a apreensão do efeito de sentido de um e de outro discursos. Se para Reale Júnior as manobras fiscais do governo Dilma configuraram **golpe** por violentar a lei, Cardozo rebate argumentando que a violência à lei reside em levar a cabo um processo pautado por ameaça e retaliação⁷ recebendo, portanto, o nome de **golpe**.

Até aqui, tínhamos dois pares de polêmicas. No primeiro deles, **não vai ter golpe** como complemento do jogral formado por **vai ter impeachment**; já no segundo, se de um lado **é golpe**, do outro **foi golpe**.

Eis que, em 23 de maio de 2016, a Folha de S.Paulo⁸ traz à tona diálogos gravados entre Romero Jucá, senador licenciado pelo PMDB e então Ministro do Planejamento do governo interino, e Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro, alvo de investigações vinculadas à corrupção.

Embora o conteúdo das conversas não mencione a palavra **golpe** – Jucá fala em “pacto para estancar a sangria” provocada pela Operação Lava Jato e Machado

⁷ Em referência ao então presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha, contra o qual fora instaurado um processo de cassação junto ao Conselho de Ética e que teve negado pelo PT votos que poderiam tê-lo livrado da ação.

⁸ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>. Acesso em 27 de maio de 2016.

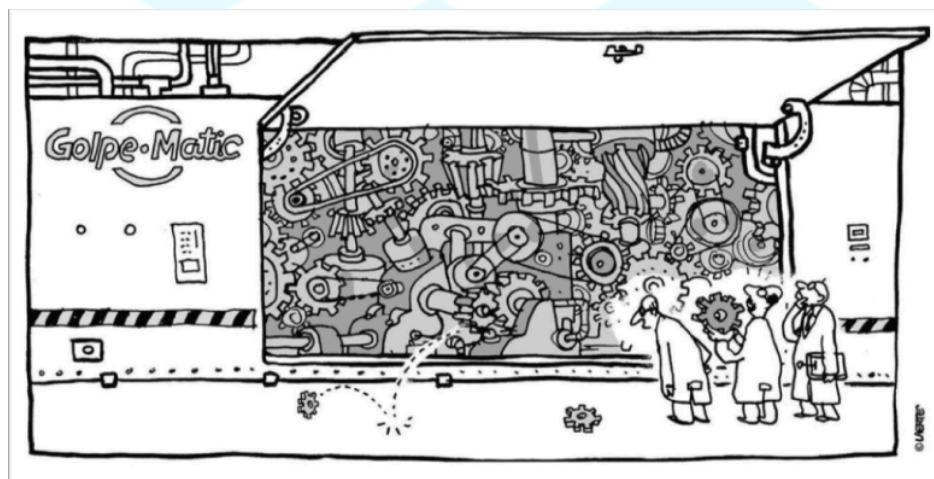
propõe “um grande acordo nacional” –, interessa à nossa análise depreender como o vazamento desse grampo repercute e endossa a tese de *impeachment* viciado. Ressaltamos a declaração⁹ de Vanessa Grazziotin, senadora pelo PCdoB, concedida ao mesmo jornal, na mesma data:

Os objetivos desse **golpe**, além das mudanças na condução da política econômica e social, é também parar com essas investigações da Lava Jato e as gravações deixam isso mais do que claro [...].

Logo, o sentido que **golpe** adquire pós-divulgação desses áudios não é de todo novo em relação à hipótese primeira, dos governistas à época, de que faltavam elementos jurídicos para que o impedimento fosse legítimo de fato e de direito; contudo, essa acepção de **golpe** ganha reforço na medida em que se torna plausível aventar para o termo os sinônimos **pacto** e **grande acordo nacional**.

Não considerar como novidade, no entanto, não significa que a própria encenação da polêmica deixe de acrescentar novos elementos; muito pelo contrário. Sob a condição de que não se abstenham de orbitar o núcleo comum e fundador da contenda, toda sorte de disputa de sentido contribuirá para a consolidação da fórmula.

O último exemplo de ocorrência da palavra **golpe** que recuperamos, dentre os muitos que não findam de irromper, foi publicado sob o formato de charge¹⁰, pela cartunista Laerte, no caderno Opinião da Folha de S.Paulo em 31 de maio de 2016.



A mecânica do golpe

⁹ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774132-pt-e-psol-dizem-que-audio-reforca-tese-de-que-impeachment-e-viciado.shtml>. Acesso em 27 de maio de 2016.

¹⁰ Disponível em <http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/43641-charges-maio-de-2016>. Acesso em 31 de maio de 2016.

Próprio do gênero do discurso **charge** cujo propósito reconhecido é o de criticar pautas expressivas do cotidiano, o diálogo travado entre o cartum e os acontecimentos políticos marcados, em especial, pela divulgação de áudios envolvendo conversas particulares – dessa vez, entre o mesmo Machado, ex-presidente da Transpetro, e Fabiano Silveira, que se demitiu do Ministro da Transparência, Fiscalização e Controle depois do vazamento de suas críticas ao rigor das investigações contra a corrupção –, coloca em voga outras possibilidades de ressignificação que a palavra **golpe** desperta.

Nesse cruzamento interdiscursivo, podemos depreender que cada uma das engrenagens representada na imagem, que alude a cada uma das partes, compostas por políticos e empresas privadas, envolvidas em atos ilícitos e delações premiadas, contribui para a (má) regulagem da máquina pública. **Golpe** já não se refere mais, apenas, ao afastamento presidencial – mas sugere, outrossim, que a corrupção é um *modus operandi* estrutural cuja ciência está enraizada no regime político-partidário brasileiro.

Um “possível desfecho”

Tendo em vista que o efeito que um discurso alcança está, em grande razão, condicionado às suas coerções num espaço e tempo dados, inclusive na acepção material do termo, talvez fosse profícuo analisar, ademais, em que medida a difusão de áudios cuja gravação, sem autorização de alguns dos coenunciadores implicados e realizada por um réu de um processo investigativo em troca de redução de pena e de outras benesses previstas em lei, impacta o sentido compreendido a partir de outros gêneros, submetidos, logo, por outras coerções.

Ainda que façamos essa salvaguarda, afirmamos, pelo exposto, que da perspectiva do funcionamento do jogo político, seus compartimentos manobram, em seus discursos, os sentidos segundo seus interesses e suas posições, pleiteando, também por meio do desferimento da fórmula **golpe**, aquilo que cada coenunciador entende como sendo verdade no âmbito discursivo.

Não se pode deixar de dar destaque, contudo, ao conjunto das polêmicas do discurso, indício primeiro para a constituição de um protótipo de fórmula, em torno dos sentidos possíveis tanto a um quanto a outro dos posicionamentos discursivos que

buscam se delimitar reciprocamente na zona do interdiscurso cuja legitimidade disputam sem cessar.

Nossas análises reforçam, sobretudo, a impossibilidade de se atribuir qualquer transparência dos sentidos, pressuposto da Análise do Discurso, uma vez que eles se constituam na opacidade de um processo de negociação, às vezes, bastante animoso, que nos permite amarrar intimamente as comunidades e suas práticas discursivas.

Referências

BRAGON, R; HAUBERT, M.; PT e PSOL dizem que áudio reforça tese de que impeachment é 'viciado'. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 mai 2016, Poder. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774132-pt-e-psol-dizem-que-audio-reforca-tese-de-que-impeachment-e-viciado.shtml>. Acesso em 27 mai 2016.

BRAGON, R.; ÁLVARES, D.; FLECK, I.; VALENTE, R. 'Golpe' é vingança, diz Cardozo; para Reale, 'golpe' é omitir país quebrado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 abr. 2016, Poder. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1761235-cardozo-diz-que-golpe-e-vinganca-e-que-temer-nao-tera-legitimidade.shtml>. Acesso em 23 abr. 2016.

COURTINE, J-J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. Tradução Cristina de Campos Velho Birck; Didier Martin; Maria Lúcia Meregalli; Maria Regina Borges Osório; Sandra Dias Loguércio; Vincent Leclercq. São Carlos: EdUFSCar, 2009. 45-68 p.

CUNHA, A. G. da. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon Editorial (4ª edição), 2010. 712p.

CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. Tradução Fabiana Komesu (Coord.). São Paulo: Contexto, 2012. 286 p.

Encontro pela legalidade em defesa da democracia. **Jornal Nacional**. Rio de Janeiro: Rede Globo. 22 de março de 2016. Programa de TV.

KRIEG-PLANQUE, A. **A noção de “fórmula” em análise do discurso: quadro teórico e metodológico**. Tradução Luciana Salazar Salgado; Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MAINGUENEAU, D. **Análise de Textos de Comunicação**. Trad. Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva, Décio Rocha. 6ª ed ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. **Gênese dos Discursos**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008.

VALENTE, R. Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 mai 2016, Poder. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>. Acesso em 27 mai 2016.



Recebido em 15 de março de 2017
Aprovado em 15 de setembro de 2017